

Apêndice do ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO

(Processo Administrativo nº 001.008.827680)

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Compra/Serviço/Obra:	SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O ETP é o documento inicial da fase de planejamento que analisa minuciosamente a demanda específica, buscando identificar a melhor solução disponível no mercado para atendê-la, em conformidade com as normas e princípios da Administração Pública:

- Garantir a viabilidade técnica da contratação e abordar a questão do impacto ambiental;
- Identificar o interesse público em jogo e a solução mais adequada;
- Fundamentar o projeto básico/termo de referência, que serão elaborados somente quando a contratação for viável.

1.2. Nos termos do próprio texto da IN n.º 58 de 2022, o ETP é dever **evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução a ser adotada dentre todas as opções possíveis** (art. 3º, inciso I). A partir da sua elaboração, deve ser possível avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

1.3. Assim, o ETP materializa a primeira etapa da **fase preparatória da contratação**, antecedendo o Termo de Referência (TR), o anteprojeto (adotado no caso de contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada), e o projeto básico ou o projeto executivo, a depender do caso.

1.4. A correta **elaboração do ETP** é essencial à elaboração de um bom TR (ou documento equivalente) e ao consequente prosseguimento da contratação pretendida. Com base nele, se buscará entender quais as necessidades do órgão administrativo (**análise interna**) para, posteriormente, buscar no mercado possíveis soluções para atendimento dessas demandas averiguadas (**análise externa**).

1.5. Ressalte-se que a **elaboração do ETP** de maneira errada ou insuficiente pode levar a licitações frustradas/fracassadas, falhas na estimativa de preços, contratações que não atendam plenamente à efetiva necessidade administrativa etc.

1.6. Nesse contexto, a seguir será apresentado um **modelo de ETP** que visa dar apoio ao ensino público como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos e embasar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, conforme previsto na Lei 14.133/2021, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência e periodicidade dos serviços.

2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão/Entidade:	Secretário(a):
Secretaria Municipal de Saúde	IB Heber Pita de Araujo
Setor.:	Integrante Administrativo:
Administrativo	Jonnatan Fellyph da Silva Amorim
Administrativo	Tanak De Oliveira Defensor

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (NLL, ART. 18º, §1º, I)

3.1. Considerando a formalização de demanda pela Secretaria Municipal de Saúde, este ETP tem como objetivo levantar sobre a viabilidade técnica na Saúde.

3.2. Considerando os princípios legais da administração pública, quanto à legalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

3.3. Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde tem por finalidade precípua o oferecimento de serviços públicos de saúde de qualidade à população, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos na Constituição Federal, torna-se essencial a implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando soluções de informática voltadas à gestão dos Estabelecimentos de Saúde, incluindo Sistema de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), Sistema de Regulação, Sistema de Monitoramento e Análise de Dados de Saúde, bem como a informatização das atividades dos profissionais de saúde.

3.4. O projeto abrange, ainda, a implantação das soluções tecnológicas, capacitação dos profissionais envolvidos, manutenção e suporte técnico contínuo, assegurando a eficiência e a integração dos serviços. A ausência de tais ferramentas representa uma barreira significativa à efetivação do direito constitucional à saúde, previsto no art. 6º e no art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os quais dispõem:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

3.5. A legislação infraconstitucional reforça esse dever estatal, conforme dispõe a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que regula as ações e serviços de saúde em todo o território nacional:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

3.6. O Município de Major Isidoro/AL se estende por 453,9 km² e contava com 19.804 habitantes no último censo (2022). A densidade demográfica é de 43,6 habitantes por km² no território do município. Limita-se com os municípios de Jaramataia, Cacimbinhas e Craíbas, Major Isidoro se situa a 26 km a Norte-Oeste de Craíbas, a cidade mais próxima nos arredores. Situado a 204 metros de altitude, Major Isidoro tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9º 31' 57" Sul, Longitude: 36º 59' 27" Oeste.

3.7. Na implantação do projeto de modernização da saúde, está prevista a estruturação física e tecnológica dos ambientes assistenciais, o fornecimento e a devida instalação dos equipamentos e sistemas descritos no Termo de Referência, além da capacitação presencial dos profissionais de saúde, por meio de treinamentos práticos voltados à utilização dos sistemas informatizados, ao registro eletrônico das informações clínicas e ao uso das ferramentas de análise de dados em saúde. Esses treinamentos têm como finalidade habilitar os servidores a operar o sistema e replicar o conhecimento adquirido em suas respectivas unidades.

3.8. Considerando o prazo legal e técnico necessário para o pleno funcionamento dos sistemas de gestão em saúde, torna-se imprescindível a contratação de empresa tecnicamente capacitada para realizar o acompanhamento contínuo dos profissionais durante o uso das plataformas, oferecer suporte técnico e funcional permanente, promover capacitações periódicas e monitoramento in loco da utilização dos sistemas. A contratada deverá, ainda, disponibilizar softwares e materiais de apoio atualizados, bem como garantir a reposição e atualização de insumos tecnológicos e informacionais, assegurando a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde.

3.9. A adoção do Registro de Preços (RP) para eventual ou futura contratação dos serviços descritos justifica-se pela necessidade de padronizar e assegurar a continuidade da informatização da rede de saúde, garantindo atendimento eficiente e integrado à população. Os serviços previstos visam atender à demanda pública essencial e, por não envolverem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, asseguram a otimização dos recursos públicos, redução de custos administrativos e uniformização dos procedimentos operacionais, conforme as políticas de qualidade e eficiência administrativa do Município.

3.10. É notório o avanço registrado nas unidades de saúde do Município que já utilizam soluções informatizadas. Os profissionais da saúde encontram-se em constante aperfeiçoamento e as unidades estão cada vez mais integradas digitalmente. Esse movimento tem promovido melhor interação entre as equipes, agilidade nos atendimentos, redução de erros de registro e melhor tomada de decisão clínica, fortalecendo a gestão e a transparência das ações em saúde.

3.11. Atualmente, os profissionais de saúde passaram a ser protagonistas na transformação digital do serviço público, utilizando ferramentas tecnológicas que fomentam a inovação, a eficiência e a humanização do atendimento. As soluções implantadas proporcionam reflexão crítica sobre os processos de trabalho, melhoria da qualidade assistencial e modernização da gestão pública em saúde, alinhando o Município às diretrizes nacionais de transformação digital no SUS.

3.12. A contratação desses serviços, sob a ótica do interesse público, busca fundamentar-se na otimização de recursos, visando à eficiência operacional e à melhoria contínua em sua execução. Trata-se de uma medida estratégica que objetiva assegurar a efetividade das atividades desempenhadas por essas entidades, promovendo uma gestão eficaz e responsável dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública.

3.13. A contratação da solução estipulada tem por objetivo dar suporte as atividades operacionais e rotineiras das unidades que compõem o Município de Major Izidoro/AL, de forma a possibilitar o cumprimento ágil e eficiente dos trabalhos desenvolvidos.

3.14. Aproveitamos para salientar que a atual gestão busca adotar procedimentos atinentes ao contingenciamento de despesas, objetivando a otimização dos gastos públicos.

3.15. Sendo assim, tem-se por licitação centralizada a oportunidade de a Administração perseguir e alcançar o princípio da economicidade, que pode ser obtido através de melhoria de Gestão, pelo aumento do poder de barganha, gerando um aperfeiçoamento na qualidade dos gastos públicos, aproximando as compras realizadas às práticas vigentes no mercado, e, conseqüentemente, preços mais vantajosos para a Administração.

3.16. Ademais, o objeto elencado tem sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pelas unidades do Poder Executivo do Município de Major Izidoro/AL, através da Secretaria de Saúde, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo.

3.17. Assim, registra-se, que a necessidade foi identificada pela necessidade dos trabalhos a serem realizados e do desenvolvimento da atividade da secretaria municipais se justificam em razão dos motivos supracitados.

3.18. Posto isto, caminhando ao final dessas primeiras linhas, o presente fundamenta-se, também, na homenagem aos princípios da eficiência, economicidade, padronização, legalidade e os demais princípios e regras que norteiam a Administração Pública.

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, II)

4.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.2. O Plano Estratégico da Administração para o período de 2025 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos do órgão e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Administração, direção e continuidade administrativa, sem prejuízo da identificação das especificidades em prol de uma prestação dos serviços, sob a ótica administrativa cada vez mais ágil e efetiva.

4.3. Assim, a relação entre a demanda e/ou necessidade prevista e as quantidades de cada serviço a ser contratado resultou no levantamento detalhado de quantidades, o que originou os estimados completos dos quantitativos do serviço por km (quilômetro) a ser contratado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, III)

5.1. São requisitos da contratação:

5.1.1. Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Major Izidoro.

5.1.2. Regime de execução: o regime adotado será o de empreitada por preço unitário.

5.1.3. Permissão de participação de consórcios: Não;

5.1.4. Permissão de participação de empresas estrangeiras: Sim

5.1.5. Subcontratação: não será permitido subcontratação

5.1.6. Modalidade de licitação: Pregão regado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

5.1.7. Forma: Eletrônica para maior abrangência e maior competitividade, estando em conformidade com o que rege § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.8. Procedimentos para Contratação: Sistema de Registro de Preços.

5.1.9. Critério de Julgamento: Menor preço/Maior Desconto.

5.1.10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1.10.1. Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, com o objetivo de registrar formalmente as propostas de preço para futuras contratações objeto desta licitação, com compromisso obrigacional por parte das empresas CONTRATADAS, e sem obrigar que sejam efetivadas pela Administração as aquisições que dele poderão advir.

5.1.10.2. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada a este ETP, ao Termo de Referência e ao Edital e seus Anexos, em todas as suas cláusulas, e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

5.1.10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas do Termo de Referência, independentemente de sua transcrição. No caso da CONTRATADA, depois de convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ela previstas no Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO/AL registrará os licitantes por Região, como CADASTRO DE RESERVA, na ordem de classificação, desde que aceitem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.1.10.4. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações e ter seu prazo de vigência prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, obedecidas às disposições contidas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

5.1.11. BENS COMUNS:

5.1.11.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.11.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.11.3. Para fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1.12.1. **Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista:** Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

5.1.12.2. **Da Habilitação Econômica/Financeira:** Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021.

5.1.12.3. **Da Habilitação Técnica:** Alvará de Licença Sanitária em vigor, ou cadastramento definitivo da empresa proponente, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante. Alvará de localização e funcionamento vigente.

5.2. A contratação visa garantir a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** o pleno desenvolvimento de suas ações externas. Assim, a existência dessa contratação é manutenção direta da missão e da visão política e técnica para atuar na prestação de serviços públicos.

5.3. As notas fiscais devem ser emitidas em duas vias, com especificação da quantidade entregue.

5.4. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. É imperativo que a secretaria competente execute essa contratação para assegurar a efetividade das políticas públicas voltadas à saúde, sem comprometimento da qualidade do serviço prestado, garantindo assim um ambiente próximo ao ideal para o aprendizado e a formação cidadã dos alunos. Estes requisitos têm por objetivo garantir a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a segurança e a qualidade do transporte escolar para os alunos das escolas públicas do município.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, IV)

6.1. A estimativa das quantidades programadas para a atual contratação levou em consideração a necessidade da secretária Municipal de Saúde, proporcionando melhor a execução do trabalho administrativo, pois é de fundamental importância uma vez que a secretaria desempenha trabalhos essenciais aos munícipes, onde há a necessidade desses materiais para manter em ordem e qualidade dos serviços prestados.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD
1	Estabelecimentos de Saúde Conectados. Descrição do Objeto: Implantação completa de infraestrutura de conectividade e rede lógica local (cabeadas e/ou sem fio) em 10 (dez) Estabelecimentos de Saúde. A solução deve garantir acesso eficiente à internet, comunicação interna segura. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
2	Serviço de Armazenamento em Nuvem para Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS e-SUS APS). Descrição do Objeto: Prestação de serviço de armazenamento de dados em nuvem, contemplando a hospedagem do sistema PEC-MS e-SUS APS (Prontuário Eletrônico do Cidadão do Ministério da Saúde), com fornecimento de infraestrutura lógica. O serviço deve garantir segurança, disponibilidade, integridade e desempenho, assegurando o pleno funcionamento das aplicações e a realização de backups periódicos. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
3	Estações de Trabalho Conectadas (53 unidades). Descrição do Objeto: Fornecimento, em regime de comodato, de 53 (cinquenta e três) estações de trabalho completas, compostas por equipamentos de hardware com monitor, teclado e mouse, devidamente conectados à internet e ao servidor da rede da Unidade de Saúde, com acesso pleno aos sistemas do Ministério da Saúde utilizados na Atenção Básica (como PEC e e-SUS APS). Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
4	Painel de Chamada Eletrônica para Estabelecimentos de Saúde (10 unidades). Descrição do Objeto: Fornecimento e instalação de 10 (dez) painéis de chamada eletrônica, compostos por hardware (TV/monitor) e software de gerenciamento de senhas e chamadas, destinados à organização do atendimento ao público nas Unidades de Saúde. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
5	Serviço de Impressão a Laser Monocromática em Comodato (25 unidades). Descrição do Objeto: Prestação de serviço de impressão a laser monocromática, por meio da disponibilização, em regime de comodato, de 25 (vinte e cinco) impressoras conectadas à rede local (servidor), incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico durante toda a vigência contratual. Especificações Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
6	Suporte Técnico ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS e-SUS APS) Atendimento 24x7. Descrição do Objeto: Prestação de suporte técnico especializado e contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana) às equipes de saúde das Unidades Básicas, visando garantir o funcionamento adequado, seguro e eficiente do Prontuário Eletrônico do Cidadão PEC-MS (e-SUS APS). Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
7	Sistema de Monitoramento e Análise de Dados (PEC-MS e-SUS APS). Descrição do Objeto: Licenciamento, implantação e disponibilização de acesso a sistema de Business Intelligence (BI) para monitoramento e análise dos dados gerados pelo Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC-MS e-SUS APS), com visualização por meio de dashboards e relatórios analíticos e gerenciais. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
8	Implantação de Infraestrutura Tecnológica nas Unidades de Saúde da Atenção Primária à Saúde (APS). Descrição do Objeto: Execução completa da implantação da infraestrutura tecnológica nas Unidades de Saúde da Atenção Primária, abrangendo instalação e configuração da rede local, conectividade, equipamentos de hardware e sistemas de informação. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Unidade	01
9	Capacitação das Equipes de Saúde. Descrição do Objeto: Execução do processo de capacitação dos profissionais de saúde para o uso eficiente das soluções tecnológicas e sistemas a serem implantados. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Unidade	01
10	Tablet com Aplicativo para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) Quantidade: 65 unidades Descrição do Objeto: Fornecimento, em regime de comodato, de tablets com conectividade e aplicativo instalado para registro das ações dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
11	Software de Gestão para Unidades de Saúde com Módulo de Regulação Ambulatorial. Descrição do Objeto: Implantação, disponibilização e manutenção de software de gestão em ambiente web voltado à Central de Regulação Municipal. Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12

12	Sistema Automatizado de Marcação de Consultas via WhatsApp (Chatbot). Descrição do Objeto: Implantação de solução automatizada baseada em Chatbot integrado ao WhatsApp, para viabilizar à população o agendamento de consultas diretamente com as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Demais Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência.	Mês	12
13	Sistema Automatizado de Extração e Mineração de Dados BPA/MAC. Descrição do Objeto: Implantação de solução tecnológica para automação da leitura, extração e análise de dados de Produção Ambulatorial, oriundos dos registros clínicos realizados no e-SUS APS nas unidades de Média Complexidade. Demais Especificações técnicas contidas no Termo de referência.	Mês	12
14	Sistema de Integração eSUS/ SISREG/ eSUS Regulação. Descrição do Objeto: Implantação de solução de integração inteligente entre os sistemas eSUS APS, SISREG e/ou eSUS Regulação, por meio de plug-in instalado nas estações de trabalho dos profissionais de saúde. Demais especificações técnicas contidas no termo de referência.	Mês	12
15	Sistema de Gestão Farmacêutica Integrado ao eSUS PEC. Descrição do Objeto: Implantação de sistema informatizado de Gestão Farmacêutica totalmente integrado ao eSUS PEC, com funcionalidades voltadas ao controle eficiente da dispensação de medicamentos, rastreabilidade, controle de estoques. Demais especificações contidas no Termo de referência.	Mês	12
16	Implantação da Solução de Gestão da Central de Regulação Municipal. Descrição do Objeto: Compreende a implantação completa da solução de gestão da Central de Regulação Municipal, incluindo a instalação física e lógica dos equipamentos necessários, bem como a configuração do sistema de informação em nas 10 unidades de saúde contempladas. Demais especificações técnicas contidas no termo de referência.	Unidade	01

Relação dos locais, com as respectivas quantidades de equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD COMPUTADOR	QTD IMPRESSORAS	QTD DE TABLET	TV'S (PAINEL DE CHAMADAS)
1	UBS Bezerra	06	03	11	01
2	UBS João Rocha	06	03	07	01
3	UBS Livia Moreira	06	03	10	01
4	UBS Maria Vieira	06	03	09	01
5	UBS São João	06	03	09	01
6	UBS Getulio	06	03	11	01
7	UBS Herminio	06	03	07	01
8	Hospital	04	01	00	01
9	Clínica de Especialidade	04	02	01	01
10	Caps	03	01	00	01

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (NLL, ART. 18º, §1º, V)

7.1. Neste tópico, urge a importância de pesquisar e determinar as possíveis soluções capazes de identificar, empreendimentos passíveis de aproximar as compras públicas da administração municipal às práticas adotadas pelo mercado, considerando e impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

7.2. Considerando a Lei nº14.133/2021:

Art. 18. § 1º

(...) *Omissis.*

“V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;”.

7.3. Considerando a IN SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, onde se lê:

“III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.”.

7.3 O levantamento de mercado será definido no setor de compras no andamento do processo de acordo com o art.18, 22 e 23 da lei 14133/2021, bem como, da instrução normativa 65/2021 e regulamentos municipais.

7.4. A contratação da empresa especializada atende as determinações legais, reduz custos operacionais e administrativos e confere a contratada de manter regularmente o transporte adequado em termos de segurança e manutenção para transporte de estudantes sendo a opção mais viável e econômica para administração pública.

7.5. Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por **“empreitada por preço unitário”**, pois a Administração ainda não possui previsão das quantidades as serem executadas.

7.6. Vale destacar que, após análise, foi possível concluir que não há variações quanto à contratação do objeto em tela. Assim, a variação se dá pela **“execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação”** pela modalidade aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Ademais, notou-se que não foi encontrada **ata de registro de preços** disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.

7.7. Logo, a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços, objeto do presente ETP se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos municipais em prol do atendimento da demanda dos munícipes. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VI)

8.1. As estimativas dos preços serão definidas no setor de compras deste município, tendo em vista ser o órgão competente para esta demanda. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados pela autoridade superior, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.

8.2. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO (NLL, ART. 18º, §1º, VII)

9.1. A solução especificada e que se pretende adquirir tais itens, refere-se à processo licitatório, através do SRP, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, administrativa e uma melhor gestão orçamentária.

9.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Após a realização de um estudo comparativo entre as soluções disponíveis, a proposta de contratação de uma empresa especializada demonstrou-se a mais vantajosa em termos de eficiência operacional, segurança, acessibilidade e custo-benefício.

9.4. A Prefeitura Municipal de Major Izidoro não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

9.5. Os valores poderão ser revistos e/ou reajustados com requerimento de recomposição de valores conforme INPC, quando houver acréscimo significativo nos preços dos insumos que compõe o custo, desde que comprovado o impacto financeiro. Para o reequilíbrio econômico-financeiro de valores se observada à capacidade de pagamento do Município, ficando exclusivamente sob sua responsabilidade autorizar ou não o reajuste.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VIII)

10.1. Em regra, conforme a Lei nº 14.133/2021, onde se lê:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

10.2. E ainda na mesma Lei Nº 14.133/2021:

“Art 40 § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”

10.3. Assim, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º, do mesmo art. 47, estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.4. Contudo, quando a composição do Lote, o qual reúne itens da mesma natureza, tendo por finalidade a economia de escala e a participação de empresas especializadas, aquelas aptas a ofertar bens ou serviços, com plena garantia e segurança e com menor custo possível, o TCU permite que a adjudicação seja feita sem a devida divisibilidade do objeto.

10.5. Nesse caso, **avaliação da divisibilidade do objeto** considerando o mercado fornecedor:

() É possível a contratação da solução de forma divisível sem haver prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. (ADJUDICAÇÃO: MENOR PREÇO / MAIOR DESCONTO POR ITEM)

(X) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: A contratação de apenas uma empresa para o fornecimento do objeto justifica-se pelo ganho de escala que pode ser obtido.

10.6. Assim, sugerimos a licitação por itens, se fazendo necessário que a contratação em tela seja pelo menor preço global, onde o objeto não será dividido em partes específicas, pois possibilitará, neste caso, uma ampliação no poder de barganha na negociação, evitando um potencial perda de economia de escala para o Município.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS (NLL, ART. 18º, §1º, IX)

11.1. A adoção do registro de preços para a Contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Estabelecimentos de Saúde, incluindo sistema de Prontuário Eletrônico, Sistema de Regulação, Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico, solução de informatização das atividades dos Profissionais de Saúde, incluindo a implantação das soluções, treinamento dos profissionais envolvidos, manutenção e suporte aos sistemas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, representará uma solução eficaz para a Prefeitura Municipal de Major Izidoro em termos de economicidade.

11.2. Primeiramente, esta modalidade de contratação permite à administração pública obter preços mais baixos e condições mais vantajosas devido à previsão de demandas futuras.

11.3. A agilidade na contratação e a possibilidade de aquisição em grande escala resultarão em um custo por viagem reduzido, maximizando o custo-benefício da operação de transporte escolar:

11.4. Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos, a prestação destes serviços isentará a prefeitura da necessidade de manter uma execução eficaz, que exige investimentos significativos para manutenção, gerenciamento e pagamento de pessoal. Com a solução proposta, a administração poderá alocar melhor seus servidores para atividades mais essenciais e estratégicas, concentrando esforços na melhoria da qualidade do ensino e na gestão das escolas públicas, em vez de preocupar-se com a logística do transporte.

11.5. No que diz respeito aos recursos materiais, a desnecessidade de reposição em contrário, contribuirá para a otimização orçamentária. Os valores que seriam destinados à manutenção dos laboratórios poderão ser realocados para outras áreas prioritárias da saúde. Isso não apenas reduzirá os gastos diretos, como também permitirá uma utilização mais eficiente e proveitosa desses recursos financeiros.

11.6. Portanto, a contratação por meio do registro de preços para a prestação do aludido serviço atenderá à demanda imediata de alunos matriculados, além de propiciar uma significativa economia e um uso mais estratégico dos recursos disponíveis pela Prefeitura Municipal de Major Izidoro. Essa abordagem garantirá maior eficiência nas atividades administrativas, beneficiando tanto os alunos quanto a comunidade em geral.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (NLL, ART. 18º, §1º, X)

12.1. A Prefeitura Municipal de Major Izidoro deve adotar uma série de providências operacionais e estruturais para garantir a efetiva implementação do registro de preços visando à prestação de serviços de implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Estabelecimentos de Saúde, incluindo sistema de Prontuário Eletrônico, Sistema de Regulação, Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico, solução de informatização das atividades dos Profissionais de Saúde, incluindo a implantação das soluções, treinamento dos profissionais envolvidos, manutenção e suporte aos sistemas. Estas medidas são fundamentais para assegurar a eficiência, a eficácia e a economicidade do contrato.

12.2. A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:

- 12.2.1. Elaboração de um plano de gestão de riscos, identificando potenciais problemas que possam impactar a execução contratual e medidas de contingência para cada um deles.
- 12.2.2. Definição clara das atribuições dos agentes públicos a serem designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
- 12.2.3. Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da aquisição de bens.
- 12.2.4. Desenvolvimento e implementação de um sistema de registro de preços que respeite as exigências do Art. 82 da Lei 14.133 e que permita a flexibilidade adequada à variedade e à periodicidade das contratações realizadas pela Prefeitura Municipal de Major Izidoro.
- 12.2.5. Realização de pesquisa ampla de mercado para atualização dos preços registrados, de acordo com o que determina o Art. 85 da Lei 14.133.
- 12.2.6. Formalização das etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do edital e da minuta do contrato com seus respectivos anexos e termos de referência que reflitam as necessidades detalhadas da **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**.
- 12.2.7. Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- 12.2.8. Alinhamento constante entre as expectativas das diversas unidades administrativas e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os serviços contratados e executados.
- 12.2.9. Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
- 12.2.10. Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.
- 12.2.11. Observância das legislações ambientais aplicáveis e adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, de acordo com o Art. 18, XII da Lei 14.133.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (NLL, ART. 18º, §1º, XI)

13.1. A análise das contratações correlatas e interdependentes relacionadas à solução escolhida, que é o Registro de Preços (RP) para eventual e futura Contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Estabelecimentos de Saúde, incluindo sistema de Prontuário Eletrônico, Sistema de Regulação, Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico, solução de informatização das atividades dos Profissionais de Saúde, incluindo a implantação das soluções, treinamento dos profissionais envolvidos, manutenção e suporte aos sistemas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, indica que não há necessidade de contratações adicionais antes da implementação desta solução. **A contratação supre uma demanda específica e imediata, voltada para manutenção dos serviços, necessários para atender a demanda dos municípios.**

13.2. Nesse contexto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (NLL, ART. 18º, §1º, XII)

14.1. Certo é que o planejamento e execução dos procedimentos licitatórios devem sempre serem motivados com vistas à redução do consumo, análise da produção, distribuição, uso e disposição, o que determinará a vantajosidade econômica da proposta, estimulando assim os fornecedores a proporcionarem ao mercado produtos e serviços sustentáveis e que, de certa forma, fomentem a inovação com o uso racional de produtos com menor impacto ambiental negativo.

14.2. Para esta contratação não se verifica impactos ambientais relevantes, mas no que diz respeito às obrigações da área requisitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.

14.3. A Prefeitura consta algumas práticas de gestão adequadas de resíduos, incluindo a separação e a destinação correta dos materiais descartados, no qual é fundamental para reduzir o impacto ambiental.

14.4. Por fim, os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (NLL, ART. 18º, §1º, XIII)

15.1. Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para a contratação do objeto em tela. A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.

15.2. Assim, pode-se afirmar que tal oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos e, que a contratação pretendida mostra-se viável tecnicamente e necessária.

15.3. Este ETP está de acordo com a legislação vigente;

15.4. Assim sendo, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Encerradas as considerações sobre o modelo de contratação mais adequado, cumpre avaliar se existe potencial para o procedimento licitatório gerar benefícios, o que deve ser feito com base nas seguintes perspectivas:

16.1.1. Aumento do Poder de Barganha que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Estado, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos;

16.1.2. Obtenção de Economias de Escala que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas, com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois, a relação receita vs. custos fica mais positiva, assim, consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, pode-se incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras, e,

16.1.3. Redução dos Custos de Transação que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.

16.2. Enxerga-se potencial para a obtenção de grandes benefícios nas três perspectivas supracitadas do objeto em tela.

16.3. Em relação ao aumento de poder de barganha, como há garantia de redução de custos de transação e potencial para ganhos de escala, reforça-se a possibilidade de concretização dessa variável.

16.4. Pela perspectiva da redução de custos de transação, verifica-se uma garantia de benefício, uma vez que a administração necessita transportar estudantes.

16.5. Quanto às economias de escala, também se verifica potencial de obtenção de benefícios, uma vez que não se vislumbram grandes impactos em termos de custos variáveis para os licitantes com o aumento da escala da contratação.

16.6. Uma licitação individualizada e com demanda menor exigirá as mesmas atividades de gestão da frota disponibilizada e de administração do negócio que a da licitação centralizada, independente da escala de operação dos órgãos. Sendo assim, o aumento da escala poderá gerar uma percepção positiva dos licitantes em termos de aumento de margem de receita, apesar do consequente maior risco.

16.7. Observada uma aderência completa do objeto aos três critérios de avaliação, conclui-se que esta é viável, oportuna e conveniente para a administração. Assim, **DECLARAMOS**, com base no estudo realizado, que o *Registro de Preços (RP) para eventual e futura Contratação de empresa especializada para implantação de projeto de modernização da área da saúde, contemplando solução de informática para gestão de Estabelecimentos de Saúde, incluindo sistema de Prontuário Eletrônico, Sistema de Regulação, Sistema de Monitoramento e análise do banco de dados do Prontuário Eletrônico, solução de informatização das atividades dos Profissionais de Saúde, incluindo a implantação das soluções, treinamento dos profissionais envolvidos, manutenção e suporte aos sistemas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO.*

16.8. Além disso, é possível permitir a padronização de um serviço com qualidade adequada e maior transparência para execução dos contratos, considerando os pontos listados a seguir: a) Existe orçamento disponível para a contratação desse serviço no exercício corrente na dotação orçamentária, além da perspectiva de provimento de recursos para os próximos anos de exercício; b) Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível; c) As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista e com a série histórica do contrato; d) No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por quase todos prestadores de serviço o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência; e) O estudo indica a necessidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação; e, f) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

16.9. É preciso levar em consideração os seguintes pontos:

16.9.1. A redução orçamentária para custeio das ações e serviços de saúde nos últimos exercícios e a necessidade de compatibilização com a previsão orçamentária dos próximos anos, o que exige maior racionalização dos gastos e busca por soluções tecnológicas que otimizem recursos públicos;

16.9.2. A necessidade de adequação e modernização dos processos de trabalho das Unidades de Saúde, considerando a crescente demanda por serviços, a expansão dos programas de atenção básica e especializada, e a implantação de sistemas informatizados integrados para aprimorar o registro, controle e acompanhamento das ações de saúde;

16.9.3. O aumento projetado da população usuária dos serviços de saúde municipais nos próximos anos, em razão do crescimento populacional e da ampliação do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que demanda investimentos em soluções que garantam eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

17.1 A contratação em análise é plenamente viável e necessária, tendo em vista os fatores expostos e conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. Trata-se de serviços comuns de apoio às atividades essenciais da Secretaria Municipal de Saúde, cuja execução é indispensável para a modernização, integração e eficiência da gestão em saúde pública.

17.2 Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida, a contratação através de licitação, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, para atender às demandas e com ganhos em eficiência e economicidade.

17.3 Diante do exposto, conclui-se ser viável a contratação pretendida com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, considera-se que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Secretaria Municipal de Administração, junto a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**.

Integrante Requisitante

.....
IB Heber Pita de Araújo
Secretaria de Saúde/SMS
Secretário Municipal de Saúde/SMS

Integrante Administrativo

.....
Jonnatan Fellyph da Silva Amorim
Secretaria de Saúde/SMS-Port.51/2025
Servidor Responsável/SMS

.....
Tanak De Oliveira Defensor
Secretaria de Saúde/SMS-Port.51/2025
Servidor Responsável/SMS

Integrante Técnico

.....
Richardson Ferreira da Silva
Secretaria de Saúde/SMS-Port.72/2025
Fiscal Técnico/SMS